1911 que reorganizou os serviços do Ministério, não estavam sujeitos, pelas leis vigentes então, ao pagamento de cotas de qualquer caixa de aposentações;

Considerando que esses funcionários não podem referir-se às disposições acima citadas da lei n.º 718, visto que já tinham, como todos os funcionários em serviço nas colónias, direito à aposentação, independentemente do pagamento para qualquer caixa de aposentações visto a Caixa de Aposentações das colónias ter sido criada por decreto de 27 de Maio de 1911, e apenas terem começado a descontar cotas para a Caixa de Aposentações da metrópole, em Junho do mesmo ano;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Aos funcionários do Ministério das Colónias que, por virtude das disposições legais, não contribuíram, durante um certo período de tempo, com a cota de 5 por cento para a Caixa de Aposentações da metrópole, de conformidade com o decreto n.º 1 de 17 de Julho de 1886, é contado esse mesmo tempo de serviço para efeito de aposentação, sendo dispensado o pagamento da importância das respectivas cotas, a que se refere o artigo 2.º da lei n.º 718, de 30 de Junho de 1917.

Art. 2.º A parte da pensão de aposentação correspondente ao tempo de serviço prestado ao Estado nas condições expostas no artigo anterior constituirá encargo do orçamento do Ministério das Colónias.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro das Colónias o faça publicar. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais — Henrique Borbes de Bessa — Martinho Nobre de Melo — Francisco Xavier Esteves — José Carlos da Maia — Manuel José Pinto Osório — João Tamagnini de Sousa Barbosa — José Alfredo Mendes de Magalhães — José Feliciano da Costa Júnior — Eduardo Fernandes de Oliveira — António Maria de Azevedo Machado Santos.*

Decreto n.º 4:221

Tendo sido reconhecido ao funcionário dos correios da metrópole Jorge Raúl Futscher Pereira o direito ao abono da importância de 1.228\$, correspondente ao subsídio de que trata o artigo 87.º do regulamento de 11 de Dezembro de 1902, relativo ao período decorrido de 14 de Fevereiro de 1908 a 27 de Abril de 1912, por ter exercido, em comissão, o lugar de segundo oficial dos correios da provincia de Angola:

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Será aberto na provincia de Angola um crédito especial da quantia de 1.228\$, para pagamento do subsídio diário de \$80, nos termos do artigo 87.º do regulamento de 11 de Dezembro de 1902, devido ao funcionário dos correios da metrópole Jorge Raúl Futscher Pereira, pela comissão que, na aludida provincia, desempenhou durante o período decorrido de 14 de Fevereiro de 1908 a 27 de Abril de 1912.

Art. 2.º A importância do crédito a que se refere o artigo 1.º deverá ser adicionada à verba inscrita no artigo 62.º do capítulo 18.º da despesa ordinária do orçamento geral da mesma provincia, aprovado para o corrente ano económico: «Despesas de anos económicos findos — despesa do ano económico de 1916-1917», deduzindo-se por dispensável da verba inscrita na secção 4.ª, do artigo 12.º do capítulo 2.º da despesa, também ordinária, do mencionado orçamento: «Gratificações aos interventores nos serviços da contribuição de registo, lançamento de impostos directos e revisão de matrizes».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

O Ministro das Colónias o faça publicar. Paços do Governo da República, 27 de Abril de 1918.—*Sidónio Pais — Henrique Forbes de Bessa — Martinho Nobre de Melo — Francisco Xavier Esteves — José Carlos da Maia — Manuel José Pinto Osório — João Tamagnini de Sousa Barbosa — José Alfredo Mendes de Magalhães — José Feliciano da Costa Júnior — Eduardo Fernandes de Oliveira — António Maria de Azevedo Machado Santos.*